



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

INFLAÇÃO E PODER DE COMPRA: UMA ANÁLISE DA CIDADE DE MONTES CLAROS (MG) NOS ANOS 1995, 2005 E 2015

Autores: FRAUDIMI RODRIGUES DE SOUZA, SANDRA ALVES MARTINS

Introdução

Historicamente, o governo brasileiro sempre se demonstrou muito ativo, atuando em alguns momentos como promotores do crescimento e desenvolvimento da economia. Apesar disso, durante o intervalo de 1980 até pouco mais que 1993, a economia brasileira conheceu um dos seus piores pesadelos, a inflação descontrolada, acarretando grandes impactos no bem-estar social, sobretudo com maiores perdas nas camadas das populações de baixa renda.

A inflação consiste no aumento generalizado dos preços dos bens e serviços ofertados em uma economia. Segundo Gremaud (2010) se tomar as causas da inflação, em dois tipos básicos: inflação de demanda e inflação de custos. A inflação de demanda persiste pela existência de excesso de demanda em relação à produção disponível, ou seja, quando a demanda aumenta em maior proporção em relação à oferta. A inflação de custos consiste em aumentos dos custos das empresas repassadas para os preços.

Por anos os brasileiros viram a inflação aos poucos reduzir o poder de compra, em dados momentos os preços eram reajustados da noite para o dia, o país a passar por momentos de desabastecimento de alimentos básicos devido à alta inflação e ao baixo poder de compra.

Diante desse caos, o governo se esforçou para conseguir sair da inércia inflacionaria, foram lançados diversos planos de equilíbrio econômico, muitos sem sucesso. Desse modo, em 1994, por meio do ministro Fernando Henrique Cardoso, é lançado o Plano Real que visava combater a inflação que assolava a população brasileira. Conforme Giambiagi (2011) o Plano Real foi concedido em três fases: a primeira tinha como função promover ajuste fiscal, estabilidades da contas do governo; com o objetivo de eliminar a principal causa de inflação que persistia na economia brasileira, a segunda fase visava de um padrão estável de valor denominado Unidade Real de Valor (URV), e finalmente, a terceira concedia poder liberatório à unidade de conta e estabelecia as regras de emissão e lastreamento da nova moeda (real) e garantia a estabilidade.

Em explicação breve à implantação deste plano, pôde adequar novamente a economia ao cenário de relativa estabilidade econômica, proporcionando assim, a retomada pela expansão, levando em consideração a expectativa da redução da vulnerabilidade externa do país.

A partir de 2003 o desempenho da economia brasileira foi decisivamente influenciado pela evolução da economia internacional, face à continuidade do regime de metas inflação de 1999. O Brasil passava por um momento favorável, em que economias como a China, principal economia emergente do mundo, estavam comprando produtos que o Brasil produzia, aumentando a venda de commodities.

Diante do exposto, tivemos como objetivo ampliar o discurso sobre a implicação da política monetária sofrida no Brasil, levando em consideração a forma com que o combate à inflação impactou no poder de compra do consumidor brasileiro. Reservamos para análise o período após a implantação do Plano Real, até o ano de 2015, intervalo onde tivemos a frente do país os presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Material e Métodos

A metodologia adotada constituiu-se em uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental para analisar o comportamento da inflação e do poder de compra dos trabalhadores montesclarenses nos anos de 1995, 2005 e 2015. Segundo Gil (2008) o desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos parâmetros da bibliográfica, na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas, sobretudo de por material localizado nas bibliotecas, enquanto na documental as fontes são mais diversificadas e dispersas.

Foram elaboradas três tabelas que representa o custo da cesta básica residencial mínima de pessoas assalariadas da cidade de Montes Claros (MG) nos anos de 1995, 2005 e 2015. Os dados foram obtidos em fontes divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e O Índice de Preços ao Consumidor Universidade Estadual de Montes Claros (IPC/DEC/Unimontes), que auxiliaram na obtenção da discussão teórica e as considerações finais.

Conclusões



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

O ano de 1995, pós Plano Real, o ano se manteve volátil em relação ao custo da cesta básica, onde em abril e dezembro tivemos alta por volta de 4,5% em compensação no período entre julho e setembro tivemos forte queda que fez com que o acumulado do ano fosse positivo para ganho de poder de compra do trabalhador montesclarenses.

Em 2005, com uma economia brasileira estável e em forte crescimento a inflação esteve sobre controle, apesar da forte alta em fevereiro. Com o aumento da Renda Bruta em maio o poder de compra voltou a ganhar força e a partir dali o aumento dos preços se manteve estável.

Já em 2015 o país passava por uma das suas piores crises econômicas e a inflação voltava a assustar a população brasileira. Em Montes Claros (MG), o aumento começou no mês de janeiro, porém se enfraqueceu nos meses seguintes chegando a cair 2,95% no mês de junho. O aumento dos preços esperados ocorreu com mais intensidade em novembro, com forte alta e grande perda para o trabalhador, fazendo com que o mesmo dedicasse uma maior parte da sua renda para seu consumo básico.

Ao final da análise desses dados, concluímos nessa comparação que o trabalhador de Montes Claros (MG) passou por períodos de estabilização de 1995 e 2005 onde a inflação foi moderada e controlada, no entanto no último período de 2015 seu poder de compra foi perdido devido ao aumento considerável dos preços.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, por desde sempre está do nosso lado, dando forças para encarar os desafios da vida.

Ao departamento do (IPC/DEC/Unimontes), em especial a professora Vânia Silva Vilas Boas Vieira Lopes por abrir as portas, e ter fornecido os dados e as orientações para realizar este trabalho.

Referências Bibliográficas

Abreu, M. P. A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: 1989.

CARDOSO, Fernando H. Condições sociais da industrialização. *Revista Brasileira*, São Paulo, n.28, 1961

CONJUNTURA ECONÔMICA. Conjuntura Estatística. Rio de Janeiro: FGV, v. 57, n. 9, setembro 2003.

Economia brasileira contemporânea [recurso eletrônico]: 1945-2010 / [organizadores Fabio Giambiagi... et al.]. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Giambiagi, F. e Moreira, M. M. A economia brasileira dos anos 90. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

Giambiagi, Fabio Economia brasileira contemporânea. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Gremaud, A. P. Vasconcellos, M. A. S. e Júnior, R.T. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2010.

IPC Unimontes Departamento de Economia, 2018.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA:
IMPLICAÇÕES NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

FEPEG

F Ó R U M
ENSINO • PESQUISA • EXTENSÃO • GESTÃO

REALIZAÇÃO:



APOIO:



ISSN: 1806-549X

IPEA. *Relatório sobre o desenvolvimento humano*. Brasília: IPEA/PNUD, 1996. *O Plano Real e outros ensaios*, Rio de Janeiro: Franssico Alves, 1995

Lakatos, E. M. e Marconi, M. A. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

Nassif, A. 2015. As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira. *Rev. Econ. Polit.* vol.35 no.3 São Paulo July/Sept. 2015.